



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 5, v. 1 maio-out. 2016  
p. 205-220.

# Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser

Letícia Lanz<sup>1</sup>

**RESUMO:** Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser, alguém que mesmo tendo existência material não é socialmente reconhecida e legitimada. É o “olhar do outro” – ou seja, o olhar da sociedade – quem atesta o êxito ou o fracasso da pessoa transgênera em passar como membro do gênero oposto. Gênero e orientação social só sobrevivem como critérios de classificação e hierarquização dos seres humanos graças à permanente ratificação – ou contestação – do olhar do outro, que é, em última análise, o olhar de aprovação ou de reprovação da própria sociedade. Somente através do combate sistemático ao binarismo de gênero, às normas de conduta e aos estereótipos dele resultantes será possível assegurar, em longo prazo, a maior visibilidade social para as pessoas transgêneras que, finalmente, poderão manifestar livremente suas singulares expressões de gênero, e orgulhar-se delas, por mais discrepantes que sejam dos modelos oficiais de homem e mulher, instituídos e patrocinados pela ordem social vigente.

**PALAVRAS-CHAVES:** transgênero; pessoa transgênera; binarismo de gênero.

**Abstract:** Being a transgender person is to be a non-being person, someone who even though having and manifesting a material existence, is not socially recognized and legitimated. It is “the other’s eye” - that is, the eye of the society - who attests to the success or failure of the transgender person to pass as the opposite gender member. Only through systematic and constant fight against gender binary, gender norms and gender stereotypes can be ensured a greater social visibility for transgender people in the long term, who finally would be able to freely express their unique expressions of gender, and be proud of themselves.

**Keywords:** transgender; transgender person; gender binarism.

**Resumén:** Al ser una persona transgénero es ser un no-ser, alguien que a pesar de la existencia material, no es socialmente reconocido y legitimado. Es el “ojo del otro” – que es el propio “ojo de la sociedad” - que atestigua el éxito o el fracaso de la persona transgénera que pase como el miembro de sexo opuesto. Así es que, solamente a través de la lucha sistemática contra el sistema binario, sus normas de conducta y sus estereotipos de género se puede asegurar en el largo plazo, una mayor visibilidad social de las personas trans que finalmente van a poder expresar libremente sus expresiones únicas de género, orgullosas de si mismas, sin embargo dispares que sean los modelos oficiales de hombres y mujeres, establecidos y patrocinados por el orden social imperante.

**Palabras clave:** transgénero; personas transgéneras; binarismo de género.

---

<sup>1</sup> Letícia Lanz é psicanalista, mestra em Sociologia pela UFPR e Especialista em Gênero e Sexualidade pela UERJ. É também formada em Economia, com Mestrado em Administração de Empresas e pós-graduada em Administração de Recursos Humanos, no Japão, e Saúde e Forma Física, na Inglaterra. Poeta e pensadora. Desde 2006 mantém o site arquivo transgênero, [www.leticialanz.org](http://www.leticialanz.org)

Recebido em 11/03/16  
Aceito em 10/06/16

Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser. Um não-ser é alguém que não é, institucionalmente falando. Alguém que, mesmo tendo existência material, não constitui uma identidade socialmente reconhecida e legitimada, isto é, devidamente inserida na matriz cultural de inteligibilidade. Juridicamente, um não-ser não constitui um “sujeito de direito” estando sujeito, portanto, a levar sua existência à margem das garantias e proteções legais asseguradas aos sujeitos de direito, que são aqueles sujeitos reconhecidos e protegidos pela lei.

Entretanto, ser um não-ser significa muito mais do que simplesmente não ter a própria existência legitimada pela sociedade e, em virtude disso, não gozar nem de cobertura na matriz de inteligibilidade cultural nem de cobertura jurídica para a própria existência. Significa também – e é aqui que mora o principal desafio e tragédia da existência transgênera – uma confrontação direta com aquilo que a sociedade define e sustenta como “normal” e “legal”, uma clara afronta ao “ser sociopolítico-cultural reconhecido e legitimado”, que é o “sujeito de direito” dentro da ordem vigente.

Ora, argumentaria o senso comum, quem afronta a ordem normal e legal da sociedade só pode ser “doente”, ou seja, não está no perfeito domínio das suas faculdades físicas e/ou mentais. Ou então é delinquente, isto é, tem a clara intencionalidade de ferir os dispositivos vigentes. Ou é essas duas coisas ao mesmo tempo. Se a pessoa “doente” não tem condições físicas e/ou mentais de assimilar e seguir as regras de participação no mundo das pessoas mentalmente “equilibradas”, a pessoa delinquente se furta à responsabilidade de ser e/ou agir de acordo com as normas de conduta preceituadas pela sociedade.

Teimando em existir sem ser “autorizada” a existir, a pessoa transgênera constitui o perfeito exemplar de um “não-ser”. Sua existência é anormal e ilegal exatamente por colocar em evidência, tanto ontológica quanto juridicamente, a maior de todas as vulnerabilidades da ordem vigente, que é estar visceralmente fundada na total “naturalização” do dispositivo binário de gênero – homem/mulher ou masculino/feminino.

Para a ordem vigente, “normal” é a pessoa nascer macho, isto é, com um pênis e, exclusivamente em função disso, ser classificada como homem. Ou nascer como fêmea, isto é, com uma vagina, e ser classificada como mulher exclusivamente em função disso, sem nenhuma consulta prévia quanto ao interesse da pessoa em participar ou não desses respectivos grupos. Tudo é feito unicamente em função do que a pequena criatura recém-chegada ao mundo traz entre as pernas. Dessa forma, o órgão genital, sozinho, consegue determinar não só o



comportamento e as rotinas da vida diária de uma pessoa, mas também o seu próprio destino nesse mundo (quicá até no outro...).

Fundamentar o ontológico no biológico é a mesma coisa que tentar conter num simples balão todo o ar que circula dentro de uma casa. Tanto ar só pode ser contido num espaço tão pequeno à custa de uma perigosa e altíssima taxa de compressão e é exatamente assim que o gênero permanece ancorado ao aparelho genital humano: à custa de um grau incalculavelmente alto de repressão, recalque e controle externo dos indivíduos.

É graças a esse permanente controle externo sobre os indivíduos que as fronteiras do ser passam a ser delimitadas pelas fronteiras do próprio organismo. Considerando as naturais limitações do biológico frente às infinitas possibilidades do ser humano, essa demarcação do território existencial só é possível mediante uma pressão permanente sobre o indivíduo para que ele nunca manifeste livremente a sua verdadeira natureza.

Embora seja uma ideia absurda definir uma pessoa em função exclusivamente do seu órgão genital, é isso que a sociedade faz diariamente com todos os seus membros. O resultado é uma assustadora maioria de pessoas incrivelmente fragmentadas, dilaceradas e em constante conflito existencial com elas mesmas e com a vida. Existindo em pedaços – e aos pedaços – isto é, sem conseguir compreender a natureza do todo, lembram a história dos cegos que foram convidados a descrever um elefante. Um deles pegou na pata do animal e disse: é como um poste. O outro pegou no rabo do animal e concluiu: é como um espanador. Um outro pegou na tromba e concluiu imediatamente que o elefante é uma espécie de mangueira. Aprendemos que considerar as características de apenas uma parte como definidoras do todo sempre acaba nos induzindo a erros grosseiros com relação ao todo. No entanto, é isso que a sociedade tem feito com as pessoas, reduzindo a enorme complexidade do ser humano ao seu sistema reprodutivo, arbitrariamente eleito não apenas como representativo, mas como determinante do próprio todo.

## II

Cada pessoa, quando nasce, traz dentro de si a vocação natural de ser uma produção de si mesma. Desde cedo, esse pendor é duramente reprimido e recalcado em nome de se "socializar" a criança, a fim de torná-la um membro ativo da sociedade. Na realidade, a socialização consiste em fazê-la desistir inteiramente de ser ela mesma para tornar-se uma "cópia fiel" de algum modelo de conduta imposto pela sociedade. É assim, por exemplo, que as pessoas adquirem,



dentre outras coisas, uma identidade de gênero de homem ou mulher. À força e sem nenhuma condição individual de resistência ou defesa.

A crença é que a natureza, através da biologia, particularmente da genética, encarregou-se de inscrever no cérebro da pessoa que nasce com um pênis todo o complexo enredo da masculinidade (ou o enredo da feminilidade no cérebro de quem nasce com uma vagina). A hipótese é que existe um “cérebro feminino”, uma “cabeça de mulher”, assim como um “cérebro masculino” ou uma “cabeça de homem”. Esses cérebros, por sua vez, por algum “desvio da natureza”, poderiam vir em “corpos invertidos”, ou seja, cérebros “naturalmente” masculinos em corpos de fêmeas ou naturalmente femininos em corpos de machos.

É óbvio que essa “herança biológica” se trata de um conto da carochinha, uma hábil estratégia da sociedade para impor papéis e condutas aos seus membros em função dos seus respectivos órgãos genitais.

O que a ordem vigente chama de “normalidade” é uma condição artificial e arbitrariamente criada pela própria sociedade, pois não há nada na natureza que possa ser “naturalmente” considerado como cérebro masculino ou cérebro feminino. Tudo não passa de um discurso político-cultural patrocinado pelos estratos sociais no poder e sustentado por supostas pesquisas e saberes “científicos” ou disparatados “dogmas” religiosos. Inúmeros estudos e experimentos recentes<sup>1</sup> têm mostrado que o cérebro de machos e de fêmeas apresenta as mesmas características e possibilidades, não havendo nada que os distinga uns dos outros, exceto a crença popular, absolutamente sem fundamento, de que eles são diferentes. Na verdade, as pesquisas demonstram que há mais diferenças entre o cérebro de pessoas do mesmo sexo do que entre pessoas de sexo diferente.

Outra ideia estapafúrdia é a de que orientação sexual e identidade de gênero são uma mesma e única coisa, quando também já se demonstrou exaustivamente se tratarem de duas coisas inteiramente distintas. Ou seja, pessoas transgêneras não são gays ou lésbicas “mais afetadas”, mas pessoas cujo comportamento de gênero apresenta não conformidade em relação ao modelo binário homem-mulher em vigor na sociedade.

Infelizmente, essa associação completamente espúria, entre sexualidade e identidade de gênero, ainda está em pleno vigor nos protocolos de atendimento médico do SUS, em que só são



elegíveis para o tratamento hormonal e cirurgia de transgenitalização machos que sentem atração por machos e fêmeas que sentem atração por fêmeas.

A transição é bloqueada ou dificultada ao máximo para pessoas heterossexuais que, evidentemente, iriam se tornar homossexuais após a transição. Em outras palavras, transição, na opinião desses saberes médicos, só serviria para “confirmar” o dispositivo binário de gênero, como se tudo mundo nesse mundo tivesse que ser ou homem ou mulher tendo em vista a presença ostensiva de um pinto ou de uma vagina nos seus corpos e a correspondente e inevitável atração pelo órgão genital oposto. O foco se desloca da liberdade de ser o que se é para a simples submissão a uma ordem que terminantemente nega a todas as pessoas o direito de cada uma ser o que ela é, seja ela o que for.

É claro que não faz o menor sentido descrever a pessoa transgênera a partir da sua sexualidade, pois indivíduos transgêneros não são pessoas homossexuais que estariam dispostas a levar a sua homossexualidade às últimas conseqüências, como julga o senso comum. Muito pelo contrário, a maioria das pessoas transgêneras – mulheres e homens trans – se declara abertamente heterossexual, tal como na população cisgênera, sendo muito pequena a parcela de pessoas transgêneras que se declara lésbica ou gay.

### III

Qual é o tamanho da população transgênera? Como ela se distribui em termos de idade, escolaridade, raça e etnia, estado civil, classe socioeconômica, orientação sexual, etc.? Será que se trata realmente de uma minoria ou será que, na verdade, transgêneros representam um número considerável de pessoas, das quais apenas uma pequena fração aparece publicamente?

A cientista e ativista transgênera norte-americana Lynn Conway (2011) afirma que “as minorias não contam até que sejam contadas”, mas, como ela própria reconhece, estimar o tamanho da população transgênera do planeta é uma tarefa muito difícil. Assim mesmo, com base em estudos existentes, Conway estima que a população transgênera corresponda a um percentual entre 2% e 5% da população em geral, sendo que 0,2% (2 em 1000) correspondem à identidade transexual (CONWAY, 2011, p.1).

É sempre muito difícil e complexo fazer tal estimativa. Em nível mundial, nenhuma organização de defesa dos direitos civis das pessoas transgêneras arriscou dizer qual é o



percentual de pessoas trans dentro da população em geral, assim como, até agora, nenhum censo oficial realizado em algum país do mundo incluiu a opção “transgênero” em seus levantamentos. No dia a dia, nenhuma organização pública ou privada oferece a opção “transgênero” em suas fichas de identificação, além das alternativas tradicionais de homem e mulher ou masculino e feminino. Por outro lado, se essa alternativa fosse oferecida, é provável que bem pouca gente se identificasse como tal, uma vez que a maioria das pessoas transgêneras vive no armário, com medo de revelar publicamente a sua condição ou simplesmente não deseja se abrir a respeito disso. Paradoxalmente, muitas não gostam de se identificar como pessoas transgêneras exatamente por “passarem” perfeitamente bem como membros do outro gênero.

Mas o maior problema na contagem da população transgênera começa na sua própria identificação: quem deve ser contado como transgênero? No Brasil, que ainda vive na contramão da terminologia adotada internacionalmente, alguns movimentos nacionais organizados em torno das identidades travesti e transexual não só não reconhecem o termo transgênero como coletivo das identidades gênero-divergentes como ainda deslegitimam abertamente toda e qualquer identidade fora das suas duas identidades representadas, que consideram absolutas e hegemônicas. Da mesma forma, desqualificam abertamente a massa de pessoas transgêneras que vivem “armarizadas”, classificando-a de covarde, mesmo sabendo que, caso “desarmarizassem”, a maioria dessas pessoas iria se reconhecer como travesti ou transexual.

As pessoas podem se descobrir e/ou se revelar transgêneras em qualquer estágio ou circunstância de vida: na infância, na adolescência, no início da fase adulta, na meia ou já idosos. Podem ser solteiros, casados, divorciados e terem ou não filhos. Algumas pessoas transgêneras vão se revelando naturalmente, na medida em que vão crescendo, simplesmente adotando condutas mais condizentes com a identidade de gênero auto percebida, ou seja, expressando-se publicamente de modo considerado masculino, sendo mulher, ou fazendo coisas consideradas femininas, sendo homem. Para essas pessoas transgêneras não existe a questão do armário e muito menos da necessidade de revelação pública da sua condição, uma vez que já abraçam abertamente o seu desvio do dispositivo binário de gênero, enfrentando desde sempre toda a pesada carga de sanções sociais por cometerem essa transgressão.

Da mesma forma, pode até ser verdade que algumas pessoas transgêneras, como afirmam muitos crossdressers, jamais sintam necessidade de expressar publicamente suas identidades gênero-divergentes, contentando-se em se manifestar de modo reservado, em ambientes fechados. As evidências, porém, demonstram que quase sempre esse discurso não passa de uma



cortina de fumaça para encobrir a condição transgênera do crossdresser. Na maioria dos casos, basta conseguir se empoderar um pouco mais para essas pessoas assumirem publicamente sua identidade transgênera, em geral da noite para o dia e já em um grau “bastante avançado” de transgeneridade, muitas já em vias de realizar a cirurgia de readequação genital.

A realidade é que a parcela mais expressiva da população transgênera não é a que vemos circulando por aí, e sim a que vive no armário, podendo lá passar a vida inteira, se não encontrarem coragem para se expressar em um mundo cisgênero, absolutamente hostil a qualquer identidade de gênero fora do binômio homem-mulher. São transexuais, travestis, crossdressers, andróginos, drag queens, etc., que, pelos mais variados motivos, simplesmente não se sentem em condições de se revelar ao mundo e ter que enfrentar o estigma e as punições por afrontar as normas do dispositivo binário de gênero.

Cada pessoa tem o seu tempo, o seu ritmo e a sua forma de se assumir perante o mundo. Mas, apesar de estar havendo um aumento de tolerância da população à exposição pública de pessoas transgêneras, o dispositivo binário de gênero continua vigorando em plena carga, com todo o seu arsenal de represálias sociais, políticas, culturais, econômicas e religiosas reservadas aos seus infratores.

#### IV

Como já afirmamos antes, é preciso ser um ser, não um “não-ser”.

Visibilidade social é um dos pontos mais contraditórios na vida de uma pessoa transgênera, pois significa necessariamente a exposição direta ao olhar do outro, com todas as implicações e, principalmente, as “implicâncias” que podem advir desse contato visual. Ser vista e ser reconhecida publicamente como uma pessoa do gênero oposto àquele em que foi classificada ao nascer é, ao mesmo tempo, o que a pessoa transgênera mais aspira e o que mais teme.

É o “olhar do outro” – ou seja, o olhar da sociedade – quem atesta o êxito ou o fracasso da pessoa transgênera em passar como membro do gênero oposto. Vem daí a verdadeira obsessão de passar – e de se tornar cada vez mais passável –, mote repetido à exaustão ao longo da vida da maioria das pessoas transgêneras.

Uma conclusão que poderia ser tomada como óbvia é que, quanto mais passável for a pessoa, maior a possibilidade de ela se tornar “socialmente visível” – e vice-versa.



Nada mais falso. No território transgênero, nada pode ser tomado como óbvio, assim como nada é o que parece ser à primeira vista. Passabilidade, embora possa ser considerado um fator favorável para o aumento da visibilidade social da pessoa transgênera, nem sempre é o fator determinante ou decisivo desse processo podendo, em muitos casos, constituir até mesmo um elemento dificultador, por mais nonsense que pareça esta afirmação.

O paradoxo é que, para tornar-se alguém perfeitamente passável, é preciso abdicar inteiramente de qualquer visibilidade social como pessoa transgênera. A pessoa deve dissolver-se na multidão, diluir-se por completo no contexto geral da sociedade, sem deixar nenhum rastro da sua vida anterior. Sem deixar à mostra qualquer evidência, comportamento ou atributo que denuncie a sua ambiguidade e/ou que seja capaz de chamar a atenção dos demais, levando-os eventualmente a colocar em dúvida a identidade de gênero que a pessoa assumiu após a transição. O olhar do outro não pode identificar nenhum vestígio de transgeneridade na “farsa de gênero” que está sendo perpetrada diante dos seus olhos. Assim, por regra, quanto menor a visibilidade social como pessoa transgênera, maior a chance dela passar como membro do gênero oposto.

Gênero e orientação social só sobrevivem como critérios de classificação e hierarquização dos seres humanos graças à permanente ratificação – ou contestação – do olhar do outro, que é, em última análise, o olhar de aprovação ou de reprovação da própria sociedade. Fica clara a repulsa imediata das pessoas transgêneras que eventualmente são atingidas pela deslegitimação do olhar do outro, assim como está implícito que, da mesma forma que repudiam a rejeição, esperam, aceitam, ou melhor, exigem a permanente confirmação, pelo olhar do outro, da identidade de gênero que desejam expressar. A falta do olhar ratificador do outro deixa a vítima da vigilância de gênero visivelmente frustrada na sua intenção de ser vista pelos outros dentro de um determinado modelo identitário. Aqui se constata como a sociedade mantém as pessoas escravas da permanente confirmação da sua identidade pelo olhar do outro. Se o outro atestar quem eu sou (ausência de crítica ou comentário não deixa de ser uma forma efetiva de ratificação...), quer dizer que eu sou; mas, se o outro colocar em dúvida que eu estou sendo, eu deixo imediatamente de ser.

É isso que está sendo denunciado aqui: a dependência neurótica do olhar do outro como forma de confirmação – ou de desmentido – da identidade de gênero que a pessoa está expressando num dado momento.

Esse vínculo neurótico com o olhar do outro precisa ser rompido, fazendo valer o ditado que diz que “o que o outro pensa de mim não é da minha conta”. Entretanto, muitas vezes, o



outro nem está olhando para mim, mas o seu olhar está ativo dentro de mim, internalizado que foi durante o processo de socialização ao qual todos nós fomos submetidas.

Da mesma forma que pode ser ludibriado quando a pessoa consegue passar, o temido olhar do outro também pode descobrir e denunciar, qualquer coisa “fora do lugar” na expressão da identidade de gênero manifestada por uma pessoa. E todas nós sabemos que não existe nada que mais se destaque em qualquer local ou ambiente do que uma pessoa transgênera que não esteja conseguindo passar. É exatamente para não ter que se submeter ao rígido e implacável julgamento estético-político-moral do olhar do outro que a esmagadora maioria da população transgênera corre léguas de qualquer tipo de visibilidade social, ainda que para isso seja necessário passar a vida inteira devidamente trancada no armário.

Assim, a mesma ideia de “visibilidade social” que leva uma parcela de pessoas transgêneras à verdadeira obsessão de passarem incógnitas, leva uma outra parcela, por sinal a maior de todas, a permanecer no armário por tempo indeterminado, apavorada de não conseguir driblar o olhar do outro, numa eventual tentativa de expressar publicamente a identidade de gênero com a qual se identifica e que mantém em segredo.

Visibilidade social é, portanto, uma questão sujeita a muitas tensões e conflitos, tanto para as pessoas transgêneras que conseguem passar perfeitamente quanto para quem não se julga capaz de conseguir essa proeza cênica. Por causa da visibilidade social, uns se esmeram o quanto podem na arte da transformação, tentando dissolver-se por completo na multidão, enquanto outros fazem de tudo para se esconder, evitando sistematicamente qualquer forma de expressão pública das suas identidades transgêneras.

Para que, então, aumentar a visibilidade social das pessoas transgêneras se, para passar, é preciso que elas renunciem inteiramente à sua identidade transgênera, assumindo, de forma integral, a identidade de gênero que pretendem expressar dentro do binário oficial masculino-feminino?

A quem, afinal, interessaria um aumento da visibilidade das pessoas transgêneras ou, dito de outra forma, a redução drástica da sua invisibilidade social, se elas próprias são as primeiras a fugir dessa visibilidade?

Na verdade, o que realmente afeta a vida das pessoas transgêneras não é a sua visibilidade ou invisibilidade social, mas o predomínio hegemônico e ostensivo do dispositivo binário de gênero. Essa é a verdadeira causa de todos os tormentos vividos pela população



transgênera, fonte inequívoca do estigma, do preconceito, da intolerância, da discriminação, da exclusão e da violência – social, política, econômica e psicológica – que aflige todas aquelas pessoas que se desviam do modelo binário oficial masculino-feminino.

O dispositivo binário de gênero é que é o verdadeiro mecanismo opressor - não a falta de visibilidade ou a invisibilidade, voluntária ou compulsória, da população transgênera. Se as pessoas se escondem ou, no outro extremo, se se esmeram em “passar” – características que, infelizmente, foram se convertendo em marcas registradas do comportamento transgênero – não é por causa da visibilidade ou invisibilidade social em si, mas por causa do julgamento do olhar do outro, treinado e aperfeiçoado por anos de condicionamento sociocultural para identificar e denunciar prontamente qualquer transgressão da conduta esperada para a categoria de gênero em que a pessoa foi classificada ao nascer.

Somente através do combate sistemático ao binarismo de gênero, às normas de conduta e aos estereótipos dele resultantes será possível assegurar, em longo prazo, a maior visibilidade social para as pessoas transgêneras que, finalmente, poderão manifestar livremente suas singulares expressões de gênero, e orgulhar-se delas, por mais discrepantes que sejam dos modelos oficiais de homem e mulher, instituídos e patrocinados pela ordem social vigente.

## V

Mas visibilidade (ou invisibilidade) social não pode ser tomada, de maneira nenhuma, como núcleo representativo das demandas transgêneras, como defendem muitos grupos ativistas, focados quase que exclusivamente na negociação de políticas públicas de interesse das identidades que representam.

É preciso ter em conta, sempre, que a maior parte da população transgênera está condenada a ser um não-ser e a passar a vida inteira no armário.

Em um mundo no qual todos devem estar necessariamente enquadrados em um e somente um dos dois gêneros oficiais – masculino ou feminino –, é um desafio pra lá de grande alguém apresentar-se publicamente como pessoa transgênera, uma categoria que não existe oficialmente e, portanto, uma não-categoria, tanto institucionalmente inexistente quanto culturalmente abominável. Apesar dos avanços na aceitação da diversidade de gênero, ainda continua vivo o milenar estigma sobre pessoas cujas expressões de gênero diferem do modelo oficial.



Muitas pessoas realmente não dão conta de enfrentar um desafio tão pesado, através do qual as perdas materiais, de oportunidades e de status podem ser dadas como líquidas e certas.

A transfobia é a mais grave manifestação da capacidade de ódio e violência derivada desse estigma. Apresenta-se na forma de discriminação, segregação, intolerância, exclusão e violência – real ou simbólica – de pessoas transgêneras, em casa e na rua, tanto nas suas relações interpessoais e grupais (hostilidade em locais públicos, incompreensão doméstica, isolamento e marginalização no trabalho, etc.), quanto na legitimação e garantia dos seus direitos de cidadania (tratamento amplamente desigual pelas instituições; negação do direito de escolha quanto ao nome e ao gênero que deve constar de documentos oficiais; interdição e dificuldades sistemáticas ao pleno exercício da liberdade de expressão assegurada pela Constituição, etc.).

Totalmente arraigada e amplamente transmitida de geração em geração numa sociedade machista como a nossa, a transfobia vai crescer muito com o aumento da visibilidade trans. Essa maior exposição pública deve ser precedida por leis e políticas públicas que resgatem e protejam os direitos das pessoas transgêneras, assim como da (re)educação da população para o respeito à diferença e à diversidade de gênero. Essa tarefa de esclarecimento do público deve ser um dos principais eixos do ativismo transgênero no Brasil.

A invisibilidade da população transgênera cria, ao mesmo tempo, obstáculos insuperáveis para que sejam documentadas a intolerância, a discriminação, a marginação e a exclusão em que vivem as pessoas trans. A vergonha é a única característica que a baixa visibilidade social deixa à mostra, demonstrando o poder de pressão e a opressão do dispositivo binário de gênero com relação ao cumprimento das suas normas de conduta. Apenas um percentual muito pequeno de pessoas tem sido capaz de assumir publicamente as suas identidades transgêneras, vencendo a vergonha e o medo do estigma e das consequentes represálias sociais.

“Fora dos armários e direto para as ruas” (*out of the closets and into the Streets*)<sup>ii</sup>, um dos slogans dos primórdios do movimento LGBT nos EUA, já deixava claro que o alvo final do movimento LGBT é a participação plena e integral na vida da sociedade. A “rua” não é apenas um lugar de ampla visibilidade pública: ela representa um elemento fundamental da própria esfera pública. Ao trocar o armário pela rua, a pessoa transgênera está começando o processo de deixar de ser um não-ser para passar a ser alguém, ainda que sem o respaldo das instituições. Deixar o armário implica em participar, direta ou indiretamente, na construção de uma comunidade transgênera mais sólida, mais robusta, mais visível e, naturalmente, mais crítica e reivindicativa do ponto de vista



político e cultural. Embora alguém possa sempre alegar questões de segurança pessoal e medo de represálias para não sair do armário, ninguém consegue nenhum resultado positivo permanecendo nele, nem em termos pessoais e muito menos em termos do coletivo transgênero.

O reconhecimento e a ampliação dos direitos civis das pessoas transgêneras está assim, diretamente relacionada ao aumento da sua visibilidade social: as minorias não contam até que sejam contadas. E para que sejam contadas, é preciso que se apresentem para a contagem. De outra forma, os direitos transgêneros não podem nem ao menos ser pleiteados e reconhecidos como demanda de um número representativo de pessoas da população.

## VI

Embora seja um processo individual, que cada pessoa vive de modo muito próprio e diferenciado, a transgeneridade é, na sua essência, um fenômeno coletivo, uma vez que gênero é uma variável social, construída a partir da apropriação social das diferenças naturais entre os sexos, constituindo-se no sistema de repressão mais sutil, eficaz e assustador que a humanidade já produziu. Desobedecer as normas de gênero é transgredir um dos códigos mais severos da sociedade – de qualquer sociedade, em qualquer época.

Pessoas transgêneras são basicamente pessoas de alguma forma “desencaixadas”, isto é, desajustadas e não-conformes às duas categorias de gênero impostas pela sociedade a todos os seus membros. Alguns transgêneros sofrem apenas “desencaixes superficiais”, não-conformidades que insistem em se manifestar apenas de tempos em tempos, predominantemente na forma de travestilidade ocasional. Esse grupo é considerado, assim, como de “transgressores leves” das normas de conduta de gênero. Os casos mais crônicos e agudos de “desencaixe transgênero” impõem mudanças radicais no próprio corpo do indivíduo, a fim de que a pessoa encontre um mínimo de conforto físico e psíquico e de dignidade social.

Entretanto, qualquer que seja o grau de “desencaixe” da pessoa transgênera, a questão é que a sociedade como um todo não está nem um pouco preparada para lidar com esse fenômeno natural, que ela própria insiste em seguir considerando como transgressão. As instituições sociais, rigidamente construídas a partir do dispositivo binário de gênero (masculino-feminino ou homem-mulher), carecem inteiramente de meios para lidar com pessoas que não se encaixam, de acordo com os seus respectivos órgãos genitais, em uma das duas únicas categorias existentes. Esse “despreparo estrutural” reflete-se, por exemplo, na rígida divisão dos sanitários públicos em



masculino e feminino, ignorando-se completamente as necessidades da população transgênera, ou na dificuldade de se alterar o nome civil na carteira de identidade, na carteira de trabalho, na carteira de habilitação, na certidão de casamento, em diplomas de conclusão de cursos, etc.

Como quaisquer outros cidadãos, pessoas transgêneras também se casam, constituem famílias, têm filhos, dirigem automóveis, pagam impostos, frequentam escolas e, naturalmente, utilizam sanitários públicos. O grande problema é que, não havendo uma categoria de gênero socialmente reconhecida para acolhê-las, elas estão obrigadas a viver na clandestinidade, acintosamente excluídas do gozo pleno da cidadania a que têm direito, sendo submetidas a todo tipo de constrangimento nas situações mais triviais do dia a dia. Coisas absolutamente comuns para as pessoas cisgêneras podem tornar-se grandes dramas na vida das pessoas transgêneras.

Muitas pessoas transgêneras, por exemplo, têm fotos de si “montadas”, guardadas em arquivos secretos nos seus laptops e celulares, assim como “roupinhas” e apetrechos guardados no fundo falso de armários ou no quarto de despejo da casa. Pois bem, uma amiga emprestou seu laptop ao filho, que queria ver e-mails junto com a namorada. Mas tanto fuçaram na máquina que acabaram trazendo à tona dezenas de fotos “proibidas”, que revelavam a “vida pregressa” do pai e agora ex-futuro sogro. O resto da história todo mundo conhece dentro do gueto trans: – choro e ranger de dentes, vergonha, culpa e muito sofrimento tanto inútil quanto desnecessário. A via crucis do “te peguei seu FDP” e o longo rosário de constrangimentos e humilhações impostas aos “trans-gressores de gênero”...

Não são poucas as esposas, machistas e cruéis, que, ao descobrirem o que classificam como “vício indecente” dos maridos, conseguem infernizá-los para o resto da vida. E existe também a história das fotos que marcaram momentos de intensa felicidade de pessoas transgêneras, guardadas carinhosamente em seus blogs, no Instagram e no Facebook, e que, de uma hora para outra, têm que ser violentamente destruídas a fim de a pessoa “proteger-se” de algum execrável processo de “caça às bruxas”, desencadeado no trabalho, na família, na vizinhança, em função de alguma maldosa e sacana “denúncia anônima”. Conheço uma pessoa transgênera que teve que desaparecer inteiramente do mundo (ainda continua escondida, anos depois) porque alguém conhecido a reconheceu numa foto, em algum site remoto do mundo virtual, e pôs a boca no trombone: a pessoa trans era chefe do delator. Outras perderam emprego, esposa, filhos, família, respeitabilidade, segurança, tudo, enfim, apenas porque foram pegas praticando a coisa que mais faz sentido em suas vidas: a inofensiva arte da travestilidade.



Há histórias e mais histórias envolvendo o constrangimento a que pessoas transgêneras são constantemente submetidas pela população cisgênera. Histórias comoventes e dolorosas, como a da travesti que foi espancada pelo pai até sangrar e ter que ser levada, semimorta, para o pronto-socorro. Ou da transexual que teve a sua cirurgia de readequação genital negada por “especialistas” do SUS, sob a alegação que o seu perfil não correspondia aos “padrões de feminilidade” exigidos pelos “protocolos de atendimento” às pessoas trans, mantidos por essa “prestigiosa” instituição, com o apoio de “movimentos organizados”.

Quantas pessoas transgêneras são privadas até mesmo de exercerem os ofícios para os quais se prepararam a vida inteira! Esta não pode mais estar engajada nas forças armadas porque “se operou”... Este não pode exercer o trabalho de psicólogo porque o Conselho não aceita a modificação do seu nome nos registros profissionais...

E quantas pessoas transgêneras nem chegam a ter ofício porque são obrigadas a deixar a escola para não serem massacradas por colegas transfóbicos, em atos deploráveis de bullying, que acabam ficando por isso mesmo, uma vez que jamais são apurados pelas direções das escolas, sempre mais empenhadas em garantir a manutenção do dispositivo binário de gênero do que em promover o desenvolvimento integral do ser humano através da educação com respeito à diversidade.

Paralelamente a essas atribulações, há uma infinidade de pessoas transgêneras que vive trancada em seus armários, totalmente invisibilizadas, em permanente estado de sofrimento psíquico, sentindo-se totalmente impotentes para aliviar suas tensões existenciais através da livre expressão das suas identidades transgêneras. São vítimas do medo de acabar se transformando, elas próprias, nas sofridas personagens das histórias narradas anteriormente.

As pessoas transgêneras querem apenas existir, viver e trabalhar como gente absolutamente comum. Sua maior e mais importante reivindicação – senão a única – é serem compreendidas e aceitas pela sociedade como uma pessoa qualquer, sem o implacável julgamento do olhar da sociedade.

É esse olhar onipresente que diz quem é ser e quem é não-ser. É também a crueldade desse olhar que leva mulheres e homens transgêneros a querer apenas transicionar e sumir na multidão, achando que assim serão aceitas e até “celebradas”. Essa visão fantasiosa e simplista é responsável pela massa de pessoas trans-alienadas, cuja ideologia e prática existenciais acabam



ratificando o mesmo sistema binário de gênero que as condenou a ser um não ser, através da negação, impedimento e combate sistemáticos à existência de pessoas transgêneras.

No final, depois de uma luta intensa para se tornarem um ser legitimado pela sociedade e legalmente reconhecido pelas instituições, acabam constatando que, no fundo, continuam a ser um não ser. Acabam vendo que, apesar dos seus esforços gigantescos para transicionar e “passar” não conseguiram nada além da terrível frustração de continuarem a se ver marginalizadas, invisibilizadas, excluídas e covardemente executadas.

Namorados? Negativo. Esposos – cis e zelosos – para constituir lindas famílias “Doriana”? Negativo. Apenas uma vida em sigilo, um passado negado e um futuro de solidão e dor.

Como vimos, o problema não é se desdobrar para passar, como a maioria tem feito, mas denunciar e combater um sistema que há muito tempo se tornou desnecessário e pernóstico, mas sobre o qual a sociedade ainda se organiza e funciona. A luta deve ser pela superação do sistema binário de gênero como mecanismo legitimador de identidades, sem o que a pessoa não pode ser reconhecida como um ser, recebendo as graças sociais reservados aos sujeitos de direito. Luto pela total eliminação do dispositivo binário de gênero enquanto mecanismo de separação, hierarquização, opressão e controle sobre o que cada pessoa é ou quer ser em termos de identidade de gênero.

O ganho de “visibilidade com dignidade” é uma conquista coletiva do mundo transgênero, que começa com cada uma e termina com todas. O dia 31 de março foi instituído como Dia Internacional da Visibilidade Transgênera a fim de tornar públicas tantas histórias de insucesso, medo, frustração, exclusão e violência, tão comuns dentro do mundo trans. A fim, sobretudo, de abrir caminhos sólidos para que venhamos a ser reconhecidas como seres humanos e não como ficções sem lugar na “sociedade organizada”.

---

## Referências

BORNSTEIN, Kate. *Gender outlaw: on men, women and the rest of us*. New York: Routledge, 1994.

\_\_\_\_\_. *My gender workbook*. New York: Routledge, 1998.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter*. New York: Routledge, 1993.

CALIFIA, Pat. *Sex change: the politics of transgenderism*. New York: Cleis Press, 2003.

CONWAY, Lynn; WINTER, Sam. *How many trans\* people are there? A 2011 update incorporating new data*. Hong Kong: The University of Hong Kong, 2011. Disponível



em <http://web.hku.hk/~sjwinter/TransgenderASIA/paper-how-many-trans-people-are-there.htm> . Acessado em 14-02-2014.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York-NY: Basic Books, 2000.

\_\_\_\_\_. *Miths of gender – biological theories about men and women*. New York: Basic Books, 1985.

FEINBERG, Leslie. *Transgender warriors*. Boston: Beacon Press, 1997.

\_\_\_\_\_. Transgender liberation: a movement whose time has come in (1992). In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen. *The transgender studies reader*. New York : Routledge, 2006.

LANZ, Leticia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Transgente, 2015.

NANGERONI, Nancy Reynolds. *Transgenderism: transgressing gender norms*. Disponível em <http://www.gendertalk.com/info/tgism.shtml>. Acesso em 14.04.2014.

PRINCE, Virginia Charles. The “transcendents” or “trans” people. In: *International Journal of Transgenderism*. The Haworth Medical Press, vol. 8, n° 4, 2005, pp. 39-46. Publicado originalmente na revista *Transvestia*, Los Angeles: Ed. Chevalier, vol. XVI, n° 95, 1978, p. 81-92. Disponível em [www.anitw.org/Library/The%20Transcendents%20or%20Trans%20People.PDF](http://www.anitw.org/Library/The%20Transcendents%20or%20Trans%20People.PDF).

STONE, Sandy. The “empire” strikes back: a posttranssexual manifesto. In: STRIKER, Susan; WHITTLE, Stephen. *The transgender studies reader*. New York: Routledge, 2006.

VALENTINE, David. *Imagining transgender: an ethnography of a category*. Durham NC: Duke University Press, 2000.

---

<sup>i</sup> Ver WHEELING, Kate. The brains of men and women aren't really that diferente. *Sciencemag*, Nov. 30, 2015, disponível em <http://www.sciencemag.org/news/2015/11/brains-men-and-women-aren-t-really-different-study-finds>. Ver também a reportagem da revista *NewScientist*, disponível em <https://www.newscientist.com/article/dn28582-scans-prove-theres-no-such-thing-as-a-male-or-female-brain/>. Nessas reportagens do final de 2015, para citar apenas duas, é descrita a mais recente descoberta em laboratório, através de um escaneamento completo dos cérebros de homens e mulheres. A conclusão é que não existe nada que possa ser chamado de cérebro masculino ou de cérebro feminino.

<sup>ii</sup> Numa histórica reportagem de novembro de 1979, a ativista Lisa Young reporta a marcha de Washington, em que mais de 200.000 repetiam o slogan “fora dos armários, direto para as ruas”. A seguir, um trecho da reportagem: “Homosexuality can no longer be patronizingly or uncomfortably ignored, and 200,000 people saying “out of the closet, into the streets” cannot be ignored either. I am painfully aware that the problem is not as simple as visibility, but that seems to me to be the first step” (YOUNG, 1979).

